

Alternativas socialistas às políticas sociais neoliberais*

POTYARA A. P. PEREIRA**

Resumo: Trata este artigo de identificar alternativas pós-neoliberais contra-hegemônicas às políticas sociais liberais hegemônicas desde o final dos anos 1970. Nessa identificação são privilegiadas propostas socialistas pós-industriais, que visam romper com a lógica industrialista do capitalismo contemporâneo, para avaliar o seu significado e alcance políticos reais.

Palavras-chave: política social, neoliberalismo, alternativas socialistas pós-neoliberais.

Introdução: demarcação do problema

Com o esgotamento do Estado Social de estilo keynesiano-fordista, em fins dos anos 1970, generalizou-se a crença de que as políticas públicas, associadas à *cidadania*, caminhavam para a extinção. Na base dessa crença estava a ocorrência efetiva de uma grave crise capitalista, que, na opinião de quase todas as escolas

* Estas reflexões fazem parte da pesquisa em andamento sobre "Projetos alternativos às políticas sociais neoliberais", financiada pelo CNPq e coordenada pela autora deste artigo com a participação dos seguintes alunos da Universidade de Brasília (UnB): Camila dos Santos Freitas (Serviço Social), Camila Potyara Pereira (Sociologia), Ludmila Nogueira Barros (Serviço Social), Marcos Woortmann (Ciência Política) e Paulo César Fernandes (Sociologia).

** Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS), do Centro de Estudos Avançados Interdisciplinares (CEAM), da UnB.

de pensamento econômico, guardava estreita relação com a expansão do intervencionismo estatal, após a Segunda Guerra Mundial, e com os excessivos gastos sociais dos governos.

Dentre as opiniões mais influentes ressalta a dos *monetaristas*, que, além de criticarem os "efeitos deletérios" dos gastos governamentais na indústria, nos investimentos e nas exportações, desferiam fortes ataques de cunho moral à burocracia do Estado *Social* e ao "paternalismo" das políticas sociais. Conquistando adeptos, ou engrossando as fileiras dos que já vinham defendendo teses como a s da *flexibilização* da p rodução e das relações de trabalho; da *desindustrialização*; da diminuição da intervenção social pública; e da redução da cidadania aos direitos individuais - em detrimento dos direitos sociais e difusos -, os monetaristas conseguiram impor o seu ideário, concebido e acalentado desde os anos 1940, ao keynesianismo declinante.

Assim, após três décadas de capitalismo regulado pelo Estado, no qual a palavra de ordem, nos termos keynesianos, era a do incremento do gasto governamental e dos déficits no orçamento para elevar a demanda agregada e, assim, aumentar a produção e reduzir o desemprego (Gough, 1982), passou a imperar uma outra forma de regulação: a *mercantil*, baseada na competição e na liberdade individual *negadora* da intervenção estatal nas esferas privadas, incluindo o mercado.

Esse fato representou uma ruptura com a doutrina e as políticas socioeconômicas keynesianas de pós-guerra, produzindo, uma nova relação entre capital e trabalho e uma concepção de seguridade social avessa a os direitos de cidadania e à universalidade no atendimento, tal como previsto por Beveridge, nos anos 1940, no marco da consolidação do Estado Social keynesiano.

Não por acaso, recrudesceram antigas ideologias que recolocaram na pauta das prioridades das nações os imperativos da acumulação do capital em detrimento da atenção às necessidades humanas. Aliás, para essas ideologias, conhecidas como *neoliberais* e *neoconservadoras*, ou simplesmente *Nova Direita*, não só as necessidades sociais confundem-se com *preferências* individuais -

que só podem ser satisfeitas pelo mercado - mas também a justiça social é uma "miragem" (Hayek,1985), isto é: trata-se de uma construção ideológica desfalcada de sentido visto que as desigualdades sociais são "naturais" e, como tais, não obrigam a ninguém, especialmente aos poderes públicos, a debelá-las. É o destino, diz Hayek, e não a sociedade ou o Estado, ou alguém individualmente, que estabelece diferenças entre os distintos mortais. Sendo assim, "o bem-estar não é um direito reclamável, mas algo que deve ser conseguido pessoalmente com esforço e trabalho individual no marco de uma sociedade de homens livres", regida, obviamente, pelo mercado (Pisón, 1998, p. 188).

Tais ideologias foram substancialmente reforçadas por mudanças estruturais, relacionadas ao avanço tecnológico e ao processo de globalização do capital, as quais desencadearam discrepâncias entre riscos emergentes e padrões de proteção social prevalecentes. Mas nada sugeria a supremacia do mercado sobre o Estado, como ocorreu a partir dos anos 1980. Assim, os diagnósticos que apontavam (e continuam apontando): o desestímulo ao trabalho e ao investimento produzido pelas políticas sociais públicas; os efeitos catastróficos do aumento da população idosa e da desestruturação da família sobre os orçamentos governamentais; e a punição dos governos perdulários e das economias não competitivas pelas forças indomáveis da globalização capitalista, estão plenos de exageros e de generalizações destituídas de sustentação empírica.

Não há dúvida de que os problemas acima mencionados podem fazer parte da história recente das políticas sociais públicas, mas não de forma unívoca e nem como fatalidade. A simples diversidade de tipos de Estado Social ainda existentes nos países capitalistas industrializados, depõe contra esses diagnósticos generalizantes, pois os sintomas da chamada "crise" desse Estado, deflagrada no final dos anos 1970, só em alguns aspectos podem ser similares em todos os países. Na maioria deles, predomina a diferenciação. Da mesma forma, a prevalência de impactos negativos decorrentes do *colapso financeiro* do Estado, da *ineficiência do setor público* e da *perda de legitimidade das políticas sociais*, como traços principais da crise do Estado Social, não resistem a exames mais rigorosos. Isso porque, não há - afirmam vários analistas (Johnson, 1990; Abrahamsom,

1995) - evidências que apoiem a metáfora da crise, tal como ela é apregoada pela Nova Direita. É fato empírico que Estados com sistemas de bem-estar desenvolvidos não apresentam piores performances econômicas no que diz respeito à inflação, taxas de juros e déficits públicos (os padrões anti-crise privilegiados pelo neoliberalismo), enquanto que Estados com sistemas de bem-estar menos desenvolvidos, e seguidores do receituário neoliberal, apresentam acentuados problemas dessa natureza.

Por outro lado, a sistemática acusação de enrijecimento burocrático e de ineficiência dos sistemas de proteção social públicos, não é aplicável a todos os casos e nem constitui peculiaridade das instituições governamentais. Sabe-se, por exemplo, que Companhias de Seguro privado e muitas Organizações Não-Governamentais voltadas para a promoção do bem-estar, dedicam grande parte de seu tempo à administração da própria instituição, ou a atividades-meio, em detrimento de atividades-fim.

Quanto à questão da legitimidade das políticas sociais públicas, pesquisas de opinião realizadas na Europa têm revelado, conforme Abrahamson (1995), um consistente apoio da população às políticas de seguridade social seguido de críticas às limitadas reações do Estado contra a pobreza e a "exclusão social".

Tais tendências contradizem a tese de que as políticas sociais públicas estão falidas e revelam que, mais do que uma "crise" de financiamento, de eficiência e de legitimidade, estas políticas sofreram, a partir dos anos 1980, uma reorientação ditada por forças liberais ascendentes que, sabendo tirar proveito da nova ordem econômico-social instituída, as enquadraram ao seu ideário e as submeteram aos seus desígnios.

Contudo, a história não oferece uma só direção. No seu desenvolvimento, outras reorientações - de fato necessárias, dada a incompatibilidade dos esquemas de bem-estar de pós-guerra com os desafios econômicos e sociais atuais - também foram pensadas por projetos alternativos, inclusive como forma de contrariar a hegemonia neoliberal e suas principais estratégias sociais, tais como:

- a) prevalência de um Estado Social residual, desobrigado da garantia de direitos de cidadania e baseado em relações espontâneas entre a esfera pública e a privada, mediante as quais as responsabilidades estatais no provimento de benefícios e serviços são transferidas para organizações voluntárias e para família, além de outros grupos informais, como vizinhos e amigos;
- b) substituição dos direitos sociais *universais* e *incondicionais* por "direitos" *seletivos* e condicionados ao *mérito*, ou à *contraprestação* dos cidadãos, e conseqüentemente a substituição do princípio da *liberdade igualitária* (Delia Volpe, 1982) pelo princípio da *liberdade negativa*, que recusa a intervenção social do Estado.

É a contra-arrestação a essas estratégias neoliberais, com vista à identificação de projetos de políticas sociais contra-hegemônicas, que constitui o cerne das reflexões contidas neste artigo. Mas nesta identificação são priorizadas propostas, ou vias alternativas, que não se contentam em criar, de forma reativa, "implantes socialistas" (Singer & Machado, 2000) no interior das formações sociais capitalistas, para melhorá-las. O que se tem em mira são propostas que, mesmo não descartando tais "implantes", apostem nos efeitos contraditórios dos mesmos e visem à luta permanente contra a lógica do mercado, o produtivismo e o industrialismo predadores, avançando na criação de uma "cultura de oposição" (Lodziak, apud Little, 1998) efetiva a essa tendência. Ou, nos termos de Machado (2000, p.59): para que "implantes socialistas", como cooperativas, economias solidárias, formas participativas de decisão e de controle público, "tenham mais chances de sobreviver como formas de organização com caráter socialista, (...) solidário, (...) e contribuam para a superação do capitalismo", eles têm que se respaldar num "movimento político-cultural socialista amplo, que lhes sirva de referência e no qual se integrem". É como diz Chesnais (1999, p. 105), ao se referir à fragmentação da proteção social na Europa e à integração 'profunda' de uma grande parte do potencial produtivo europeu ao capital: "só a força de um movimento social enraizado em vários países lhe conferirá uma realidade política susceptível de incutir um conteúdo a esse bicho-papão que é a Europa social".

Tais propostas de ruptura com o neoliberalismo - e consequentemente com a hegemonia do mercado - não obstante dispersas ou confundidas com bandeiras libertárias e comunitaristas de esquerda, vêm compondo um corpo de idéias e atitudes socialistas, referenciadas na justiça redistributiva, que encaram a política social não como um fim em si, mas como um estratégico instrumento, dentre outros, de oposição à razão produtivista do trabalho.

O propósito deste artigo é discutir os motivos, os fundamentos e os objetivos subjacentes às teses desse "novo" socialismo, por alguns qualificado como *pós-industrial* (Gorz apud Little, 1998), bem como as recomendações por ele apresentadas no que concerne à reformulação de conceitos, à redefinição da racionalidade econômica, ao papel do Estado e à serventia do mercado. Pretende-se discutir ainda o significado e alcance dessas recomendações e suas potencialidades políticas.

Considerações sobre as alternativas em questão

Vale esclarecer que quando se fala de *alternativas* às políticas sociais neoliberais, está se falando de contra-arrestações a algo que também se colocou, desde o início dos anos 1980, como *alternativa* inovadora a um padrão de proteção social público julgado superado e anacrônico, representado pelo Estado Social de pós-guerra. Ou melhor, está se falando de *alternativas pós-neoliberais contra-hegemônicas* às alternativas neoliberais hegemônicas que, conforme Perry Anderson (1995, p. 9), nasceram praticamente junto com o Estado Social, isto é, depois da Segunda Guerra Mundial, para contraditá-lo. Trata-se, o neoliberalismo, de uma alternativa vitoriosa, a partir dos anos 1980, mas que desde o seu nascimento se manteve a postos para assumir a hegemonia tão logo encontrasse as condições objetivas para tanto. Estas condições ocorreram com a chamada "crise" do Estado Social, que foi sistemática e recorrentemente explorada pela Nova Direita.

Tem-se, assim, no curso dos últimos trinta anos (aproximadamente) da proteção social pública, uma cadeia de contra-

arrestações cujo fio condutor tem como ponto de partida a chamada crise do Estado Social e de seus mecanismos reguladores.

Por isso, para se entender o caráter e a pertinência das alternativas às políticas sociais neoliberais é preciso traçar, com anterioridade, o perfil das políticas sociais atacadas pelo neoliberalismo - aquelas denominadas por Hayek de social-democratas e que, segundo ele, conduziram ao mesmo desastre provocado pelo nazismo alemão: *a servidão moderna* (Anderson, 1995, p. 9).

Feito isso, faz-se necessário apresentar os traços definidores das políticas sociais neoliberais e as suas implicações socioeconômicas, para, então, se proceder a uma análise mais circunstanciada das *alternativas pós-neoliberais* que, indiretamente, também se colocam como alternativas às políticas sociais do Estado Social keynesiano, visto que não há *como* e nem *porque* recuperá-lo.

Perfil das políticas sociais de pós-guerra e sua propalada crise

Ainda que a origem das políticas sociais públicas date do final do século XIX, de par com a formação do Estado Social no curso da moderna industrialização, foi no imediato pós-Segunda Guerra que elas se consolidaram e se expandiram junto com o notável desenvolvimento das atividades do Estado capitalista.

Embora essa expansão não tenha sido idêntica em todos os países industrializados e nem gerado um padrão unívoco de bem-estar social, pode-se dizer que, no geral, ela tem como suporte a doutrina econômica de Keynes, surgida nos anos 1930, e a doutrina social de Beveridge, surgida nos anos 1940, as quais, com o adendo da teoria da cidadania de T. H. Marshall, em fins dos anos 1940, revolucionaram a clássica concepção liberal das funções do Estado: defesa externa, segurança interna, gastos de manutenção com a dignidade do soberano e despesas com obras e instituições públicas.

O resultado mais importante dessa revolução foi o estabelecimento de uma economia mista mediante a qual Estado, mercado e classe trabalhadora realizaram um pacto em prol do pleno

emprego e da distribuição de um conjunto de benefícios e serviços que, como direitos de cidadania, asseguravam aceitáveis padrões de vida aos cidadãos, tais como: seguro social obrigatório, leis de proteção ao trabalho, salários mínimos, ampliação dos serviços de saúde e de educação, programas de habitação subsidiados.

Contudo, tais medidas, apesar de representarem avanços significativos para uma classe trabalhadora sedenta de segurança social, não visavam alterar a estrutura de dominação burguesa e as relações de propriedade privadas prevaletentes. Isso porque, conforme Baldwin (1992), uma das principais funções do Estado Social nunca foi propriamente a de redistribuir riqueza, mas os custos dos riscos compartilhados por uma coletividade solidária, sob a direção do Estado. Assim, apesar de, com o Estado Social, as preocupações individuais terem se transformado em preocupações políticas e os atendimentos às enfermidades, à pobreza, à insalubridade, ao desemprego e à ignorância (os cinco gigantes atacados por Beveridge), passaram a ser presididos por critérios de justiça social, os indivíduos (como membros de distintas classes) continuaram desigualmente tratados pelo mercado (p.19). Esta é, segundo Baldwin (p.18), a novidade contraditória da Seguridade Social, concebida e implantada na Grã Bretanha por William Beveridge, em 1942, e amparada na política keynesiana que recusava a crença liberal na auto-regulação do capitalismo.

Entretanto, o chamado "pacto keynesiano", assentado conjuntamente nas doutrinas de Keynes e Beveridge, só foi possível graças a uma série de fatores estruturais e políticos favoráveis ao consenso entre diferentes interesses e forças sociais, no período posterior a 1945, a saber (Wenger de la Torre, 1998; Johnson, 1990):

- a) a depressão econômica dos anos 1930 e a incapacidade de o capitalismo liberal prevaletente gerar emprego e bem-estar para a maioria da população;
- b) a ameaça, para o capitalismo liberal, da vigência de experiências totalitárias de direita na Itália (fascismo) e na Alemanha (nazismo), bem como socialistas, na União Soviética;

- c) a presença aterradora dos destroços da guerra e o forte desejo da população de encontrar estabilidade e paz social;
- d) a memória coletiva das privações causadas pelo desemprego de entre-guerras e o anseio de grande parte da população por eleger governantes comprometidos com políticas de pleno emprego e com reformas sociais;
- e) o crescimento económico sem precedentes após a Segunda Guerra Mundial.

Assentadas nesses fatores, as políticas sociais públicas passaram a compor uma organização social e política sobretudo identificada com o Estado Social dos países industrializados europeus, a qual assumiu uma posição intermediária entre o capitalismo liberal, próprio dos Estados Unidos, e o socialismo burocrático, próprio da ex-União Soviética. Tal Estado que, segundo Mishra (1989, p. 56) permaneceu mais ou menos intacto até meados dos anos 1970, identificava-se, em linhas gerais, com os seguintes processos:

- a) intervenção na economia para garantir o pleno emprego ou, pelo menos, um elevado grau de ocupação;
- b) provisão pública de uma série de serviços sociais universais, incluindo transferências de renda para satisfazer necessidades humanas básicas em sociedades complexas e em constante mutação, como, por exemplo, saúde, educação, habitação, pensões, assistência familiar. O caráter universal dessa provisão dizia respeito ao fato de que os serviços deveriam ser dirigidos a todos indistintamente, sem exigir contrapartidas e comprovações de pobreza, tendo como objetivo a aplicação da Seguridade Social em seu sentido amplo e sem estigmas;
- c) responsabilidade pública, como dever do Estado e direito do cidadão, de manter um nível de vida básico abaixo do qual ninguém deveria viver.

Tais características significaram indubitavelmente uma notável alteração nos anteriores esquemas de proteção social adotados na

Europa, desde o século XVI, e reformulados pelos liberais no século XIX, os quais, com o nome de *Leis dos Pobres*, se "inspiravam menos (...) em qualquer preocupação redistributiva [solidária] do que nas necessidades de ordem pública". [Àquela época,] "o controle dos preços dos cereais ou a sua distribuição, particularmente nos tempos de fome, visavam antes à manutenção da ordem do que à satisfação das necessidades do 'populacho'" (Tilly, apud Meny & Thoenig, 1992, p. 19).

Sendo assim, embora o padrão de proteção social inaugurado após a Segunda Guerra, contivesse também um viés regulador comprometido com a manutenção da ordem estabelecida, é notória a sua superioridade em relação aos padrões precedentes, devido à sua vinculação com a cidadania. Afinal, a eclosão do *Welfare State* na Inglaterra, nos anos 40 do século XX, por oposição ao *Warfare*, de estilo nazista, e a qualquer forma de totalitarismo, deveria ter por princípio a melhoria das condições de vida e de cidadania da classe trabalhadora, até porque esta classe e os movimentos democráticos de massa assim o exigiam. Isso explica porque o Estado Social de pós-guerra foi visto por vários analistas, "como o esforço para modificar as condições do mercado e proteger os indivíduos das consequências econômicas que poderiam afetá-los" (Room, apud Meny & Toenig, 1992, p. 19) ou como a realização dos direitos sociais dos cidadãos depois do reconhecimento dos direitos civis e políticos (Marshall, 1967).

Crise capitalista e ascensão do neoliberalismo

Todavia, a partir de 1973, com a primeira elevação dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a economia capitalista regulada, por trinta anos em ininterrupto crescimento, sofreu sério refluxo. Os principais sintomas desse revés foram, além da diminuição das taxas de crescimento e dos investimentos produtivos, o retorno da inflação que, associada à recessão econômica, produziu a estagflação e, conseqüentemente, o desemprego. Mas isso não impingiu total paralisia à economia mundial, que, em verdade, cresceu, embora em menor ritmo e quantidade, entre 1975 e 1990. Segundo Wenger de la Torre (1998,

p. 84), no começo dos anos 1990 o conjunto da humanidade produziu em um ano quase duas vezes mais bens do que foi produzido no início dos anos 1970. E os países da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), informa Esping-Andersen (2000, p. 9-10), aumentaram em média 50% o seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, desde o primeiro choque do petróleo. Só que esse progresso não reverteu em favor da maioria da humanidade, que, desde então, sob a égide do neoliberalismo, vem enfrentando severas privações e massivos desempregos.

No bojo dessa crise que, segundo análises heterodoxas, constitui uma crise cíclica do capital, movida pelas contradições internas ao sistema, o Estado Social e, nele, o crescimento dos governos e dos gastos sociais, sofreram frontais ataques da Nova Direita, então em ascensão. Efetivamente, desde o início de 1970, defensores desse novo ideário, não só reiteravam a inconveniência econômica e social do intervencionismo governamental, mas enfatizavam que esse intervencionismo tinha sido, historicamente, um desastre absoluto. Para eles, as políticas econômicas keynesianas e as políticas sociais Beveridgeanas foram as responsáveis pela sobrecarga de ingerências dos governos, o que levou ao aumento da burocracia, das expectativas da população e dos gastos sociais, gerando, conseqüentemente, o déficit público, a crise fiscal e a perda de legitimidade do Estado Social.

Foi visto no início deste artigo que tais afirmações são polêmicas e carentes de comprovações. Mas, mesmo assim, a Nova Direita conseguiu numerosos adeptos e ressuscitou o *laissez-faire* econômico e social, sustentado em convicções herdadas do liberalismo clássico de Adam Smith. Essas convicções, que expressam uma fé cega no mercado como sistema natural que se auto-regula, dada a sua inata tendência ao equilíbrio e ao progresso, podem ser assim resumidas:

- a) a liberdade econômica é um requisito básico da política e é irreconciliável com a igualdade social administrada pelo Estado;
- b) a desigualdade social é resultado inevitável, portanto natural, da liberdade individual. Mas essa desigualdade é positiva

porque induz os indivíduos, por esforço próprio, a superá-la e a desenvolver competições que fortalecem a economia e facilitam alocações eficientes de recursos;

- c) a privatização das políticas públicas é essencial para conferir inovação e progresso ao processo econômico;
- d) a estabilidade monetária acompanhada de disciplina orçamentária para conter gastos com bem-estar, deve ser a prioridade dos governos. Em decorrência, o Estado deve ser, de um lado, forte para imprimir essas mudanças e romper com o poder da classe trabalhadora organizada e, de outro lado, fraco, ou *mínimo*, nas suas intervenções sociais.

Viu-se, ainda, que estudos empíricos disponíveis desmentem a metáfora da crise econômica como sendo causada pelos excessivos gastos sociais (incluindo constantes aumentos de salários dos trabalhadores e encargos trabalhistas) e altas taxas de tributos. Tais estudos desmentem também a fé inabalável dos velhos e novos liberais na capacidade inata do mercado de gerar progresso e bem-estar geral.

Efetivamente, nenhuma dessas convicções, de forte a pelo ideológico, teve o respaldo da realidade. Pelo contrário, *economicamente*, tirando o controle da inflação, "o quadro se mostrou absolutamente decepcionante", diz Anderson (1995, p. 15). O crescimento dos lucros empresariais que, segundo Navarro (1997), de fato aconteceu, não foi acompanhado de investimentos produtivos. E isso fez com que, a o mesmo tempo e m que o d desemprego aumentasse, também aumentasse a desigualdade dos salários devido à liberalização dos mercados de trabalho, seguida da diminuição da progressividade fiscal e da redução dos gastos sociais. Em suma, os indicadores econômicos e sociais mais importantes, constantes da pauta neoliberal, como a taxa de crescimento, de emprego, de investimentos e de produtividade, tiveram um desempenho negativo. Isso, nos países do chamado Primeiro Mundo.

Nos países do Terceiro Mundo, um dos principais efeitos do domínio neoliberal foi o aumento da dívida externa, monitorada pelo

Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), que submetem esses países à terapia do ajuste estrutural. É que essas organizações financiavam os países com dificuldades econômicas mas sob a condição de os mesmos obedecerem aos critérios neoliberais nas suas políticas, com efeitos nefastos para a população.

Socialmente, o neoliberalismo aprofundou a pobreza e a desigualdade em todo o mundo. Devido aos ajustes estruturais, cuja principal função era sustentar uma política monetária restritiva para diminuir a inflação, tanto a produção quanto o emprego viram-se negativamente afetados. Aliás, o desemprego e o rebaixamento dos salários foram considerados meios importantes para o controle da inflação e para a redistribuição da renda em favor da acumulação do capital. E, ironicamente, esta seria, na opinião de seus adeptos, a única via para criar empregos. Foi em apoio a essa opinião que a OCDE apresentou a seguinte recomendação (Wenger de la Torre, 1998, p. 90): impedir que os salários acompanhassem os aumentos dos preços; diminuir os salários desempregos; flexibilizar a legislação trabalhista tornando mais fáceis para as empresas as demissões; incentivar trabalhos temporários e parciais, bem como baratear os contratos de formação profissional e de aprendizagem. Estava, assim, criada a fórmula para a "criação de sociedades marcadamente desiguais, embora não tão desestatizadas" (Anderson, 1995, p. 23) como queria o neoliberalismo.

Apenas *ideologicamente* o ideário neoliberal lavrou tentos consideráveis, medidos pelo elevado grau de aceitação que conquistou, em grande parte por haver vendido bem a idéia de que contra ele não haveria alternativas.

Por fim, vale fazer menção à falácia do discurso da crise do Estado Social, veiculado pela Nova Direita, devido à má atuação política do Estado e aos excessivos gastos públicos. Como já insinuado, estudos empíricos, como os de Navarro (1997), demonstram que nem o gasto social público impediu o crescimento econômico, nem a carga tributária sufocou a iniciativa privada e nem, ainda, os salários dos trabalhadores podem ser responsabilizados pela crise. Se assim fosse, países como a Suécia e a Dinamarca onde sempre existiram grandes gastos sociais públicos, altas taxas

de impostos e elevados salários, estariam na bancarrota. No entanto, esses países, e outros, como a Bélgica e os Países Baixos, vêm apresentando maior crescimento e produtividade do que os Estados Unidos, país tido como o protótipo do modelo liberal de bem-estar social. Da mesma forma, nesses países os salários, apesar de, desde os anos 1980, terem crescido abaixo da produtividade, são maiores do que os dos Estados Unidos e não tiveram, como na América, de serem rebaixados a ponto de famílias, para não perderem seu nível de vida, precisarem trabalhar mais horas anuais.

O que se pode inferir dessas evidências é que as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas, desde os anos 1970, não decorreram exatamente do mau funcionamento do Estado ou da crescente intrusão deste na economia e na sociedade. Tampouco decorreram do processo de globalização como algo acima e à parte de decisões nacionais. Decorreram sim, das contradições contemporâneas do sistema capitalista avançado e da capturação da economia globalizada pela ofensiva neoliberal com o apoio de governos nacionais. Sendo assim, não há, como salientam Hirst & Thompson (apud Little, 1998), uma globalização fatal, uniforme, movida por corporações apátridas e infensas a controles de governos, supostamente considerados impotentes para tal. Ao contrário, a realidade mostra que as corporações globalizadas têm sólidas bases nacionais que não só as apoiam como fazem pressão sobre elas para que acatem os seus interesses no âmbito da competitividade internacional. E são essas evidências que estão permitindo a emergência de alternativas ao neoliberalismo, sem inclusive descartar a participação ativa do Estado. É o que será tratado a seguir.

Alternativas pós-neoliberais ou alternativas à alternativa dominante

Em face das contradições engendradas pela ofensiva neoliberal num contexto de decisivas mudanças estruturais e políticas, várias saídas estão sendo pensadas e postas em prática, tendo como eixo a reorganização da produção e a redefinição do trabalho, já que é a escassez de empregos o principal problema social da atualidade. Em torno desse eixo, diferentes propostas têm se perfilado, com

maior ou menor grau de utopia e factibilidade, ou com maior ou menor afastamento da razão produtivista do capital. Assim, em algumas dessas propostas, não apenas a compensação e/ou repartição do trabalho para garantir a subsistência de contingentes excluídos do acesso à renda é visada, mas também a constituição de uma concepção de trabalho que contemple uma profunda reformulação das formas de vida dos cidadãos.

Dentre as vias alternativas mais conhecidas estão as que, para efeitos analíticos, podem ser assim divididas:

- a) as que aceitam a sociedade polarizada entre os que trabalham e os que não trabalham, ou a sociedade *dual* como é denominada, lançando mão de medidas compensatórias de inserção social ou distribuição de benefícios e serviços que, no fundo, são pagos pelos que trabalham para que os excluídos do trabalho sobrevivam;
- b) as que, igualmente, aceitam a sociedade dual, mas oferecem "saídas" que se identificam como "implantes socialistas" no interior do capitalismo, visando criar sistemas alternativos de produção, de caráter (micro) emancipatório, sem contudo romper com o mercado de trabalho assalariado;
- c) as que não aceitam a sociedade dual e apresentam estratégias organizativas e de proteção social como parte de um projeto teórico e político que visa romper com a ética capitalista do trabalho. Apoiam também propostas radicais de novos movimentos sociais contrários à mercantilização das políticas públicas e à perda de direitos adquiridos.

Enfim, todas essas alternativas, não obstante as nítidas diferenças que apresentam, expressam a necessidade de reverter os rumos das políticas económicas e sociais vigentes, colocando as necessidades sociais como o seu principal alvo. Nessa reversão, o Estado não se desobrigaria de cumprir o seu papel de *garante* de direitos e nem de participar ativamente do processo de proteção social. Além disso, percebe-se em todas elas um intento de revisar a concepção de trabalho, contrapondo ao trabalho assalariado, valorizado pelo capitalismo, o trabalho socialmente útil compatível com as aspirações libertadoras do jugo do capital.

Por isso, nas reflexões desenvolvidas a seguir, apenas o último conjunto de alternativas será tematizado, já que, além da discussão dos dois primeiros não caber no espaço deste artigo, é ele que constitui objeto privilegiado de análise, dada a sua maior identificação com o socialismo. Isto é, com aquele regime que, no âmbito das políticas sociais, privilegia o atendimento das necessidades humanas em detrimento da rentabilidade econômica privada.

Significado e alcance das alternativas socialistas

Embora tidas como radicais, as alternativas socialistas atualmente em voga expressam a consciência de seus formuladores da dificuldade de implementá-las em meio a perplexidades e crises de utopias do atual momento histórico e a dominância das forças conservadoras. Entretanto, o seu surgimento não se deu no vazio e por acaso, visto que a possibilidade de desenvolvimento de rejeições à ofensiva neoliberal globalizada já começou há algum tempo, sob as mais diferentes formas: revisões teórico-conceituais, movimentos sociais globais e projetos de intervenção em âmbito local, nacional, regional e mundial. Confirmam-nos:

- a) a produção teórica de autores de esquerda que, desde os anos 1980, vêm propondo um enfoque da política social como um contraponto ao trabalho assalariado, e ao individualismo possessivo, e, portanto, como instrumento a serviço das necessidades humanas;
- b) os movimentos anti-globalização neoliberal que, desde 1999, em Seattle, nos Estados Unidos, vêm promovendo, segundo a conservadora revista inglesa *The Economist*, (apud Sader, 2000) "uma virada contra a globalização", contestando as decisões das organizações internacionais auto-encarregadas de decidirem os destinos da humanidade. "Em todas essas manifestações a bandeira unificadora das vozes emanadas de variados grupos - ambientalistas, feministas, anarquistas, comunistas - e dos mais 'diferentes tipos de descontentes não alinhados', de acordo com *The Economist*, é a da exigência da valorização do ser humano e de suas

identidades e, por conseguinte, do rompimento com a cultura do lucro, com a acumulação predatória e com o desrespeito aos direitos humanos" (Pereira-Pereira, 2000, p. 83);

- c) a proposta de garantia de emprego para todos, reduzindo as horas de trabalho (já que há aumento de produtividade) e utilizando a riqueza acumulada para viabilizar essa garantia. A coexistência da *remuneração do trabalho* com a *distribuição de renda*, via tributos, tem como objetivo superar, nos termos de Aznar (apud Wenger de la Torre, 1998, p. 95), a estratégia de "indenização", própria das sociedades duais, pela da "redistribuição", como direito, compatível com uma sociedade socialmente democrática. Nesta sociedade os indivíduos poderão optar, em certos momentos de sua vida, em se integrarem plenamente na esfera produtiva, e, em outros momentos, utilizar mecanismos redistributivos, para gozar de tempo livre e desenvolver, de forma autônoma, atividades por eles eleitas.

No campo das políticas sociais capitalistas, em que o trabalho assalariado, ou abstrato, gerador de valor, sempre balizou os critérios de elegibilidade dos mercedores de atendimento, a categoria trabalho não poderia ficar de fora, mesmo no marco da discussão atual a respeito de sua pertinência ou não como fator de produção. Até porque foi em torno dessa categoria que os diferentes modelos de Estados Sociais (liberal, conservador, social-democrata) se referenciaram para estabelecer as suas principais características. Assim, enquanto no *modelo liberal*, próprio dos Estados Unidos, o mercado tem papel de destaque na satisfação das necessidades de indivíduos que, pelo trabalho assalariado, transformavam-se em consumidores com autonomia para escolher o que melhor lhes convinha, no *conservador*, próprio dos regimes autoritários, o mercado e o trabalho têm também papéis centrais. A oposição desse modelo ao liberalismo é mais de cunho político e cultural, do que económico, já que, em nome da preservação do *status quo*, da hierarquização social e da manutenção da sociedade de classe, tanto a igualdade social como as liberdades individuais são controladas, mantendo-se intacta a exploração capitalista. No *modelo social-democrata* próprio dos países adeptos da extensão da cidadania e

da democracia social, cujo maior exemplo foi a Suécia, a mesma centralidade do mercado e, portanto do trabalho como mercadoria especial, é observada. É que a despeito da valorização do princípio da igualdade social, de par com as liberdades individuais, o trabalho assalariado nesse modelo continuou funcionando como um divisor de águas na distribuição diferenciada de políticas. Quem era empregado tinha (e tem) maior e melhor proteção social do que quem era e é desempregado. Daí a dualização instalada nas sociedades capitalistas, antes mencionada.

O socialismo pós-industrial

Para fazer frente a essa implacável tendência divisora do trabalho abstrato, vários atores sociais de orientação socialista começaram, desde os anos 1970, a conceber mecanismos que, no interior do capitalismo, se contrapusessem à lógica utilitarista e produtivista do mercado. Um desses mecanismos foi a política social, a qual passou a ser analisada pela ótica da sua *contradição* e não mais da sua *funcionalidade* ao sistema, como procediam (e procedem) vários marxistas estruturalistas (O'Connor, Offe, por exemplo). Como mecanismo contraditório, isto é, que a um só tempo pode atender as demandas do capital e do trabalho, a política social deixaria de ser vista apenas como funcional ao capital e passaria a ser entendida como instrumento da classe trabalhadora e dos movimentos democráticos, para impor barreira à peculiar exploração capitalista dominante (Gough). Surge daí a noção de *desmercadorização* das políticas sociais *vis-à-vis* o mercado, a qual significa, nos termos de Esping-Andersen (1991), a prestação de serviços como questão de direito inviolável, e legalmente amparado, a todos os cidadãos, independentemente de eles estarem inseridos ou não no mercado de trabalho. Isso quer dizer que a lógica que deveria orientar as políticas sociais seria a das *necessidades sociais* e não da *rentabilidade econômica privada*, que passou a imperar "quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos (...) e despojaram a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho" (1991, p.102). Assim, "a introdução dos direitos sociais [que são materializados

pelas políticas sociais públicas] implicaria um afrouxamento do *status* da pura mercadoria" (idem).

É esta idéia, presente nos trabalhos de Gough (1979; 1991) e Esping-Andersen (1991) para citar alguns expoentes, que ressurge revisitada, nos anos 1990, no rastro dos chamados projetos de enfrentamento à lógica do modelo produtivo contemporâneo e de seus valores.

Dentre esses projetos, vem ganhando corpo o chamado *socialismo pós-industrial* que, diferente das concepções reificadoras de Daniel Bell (1973) da sociedade pós-industrial e de conhecimento, incorpora aspectos defendidos pela ala socialista do movimento ecológico, do feminismo e do anti-racismo, bem como dos libertários de esquerda, dos democratas radicais, dos comunitaristas, embora contenha proposta própria de restrição à expansão do liberalismo de mercado. Assim, ao mesmo tempo em que esse projeto alternativo de sociedade pode parecer menos radical do que o de alguns movimentos sociais, que pretendem romper com o mercado, pode parecer também mais radical do que outros que não contestam a primazia desse mercado.

O crescimento desse socialismo, segundo Gorz (apud Little, 1998), respalda-se em trabalhos de teóricos como Conrad Lodziak, precedido de Marcuse, bem como de autores que atualmente advogam esquemas de renda garantida com o propósito de desvincular *renda* do *trabalho*, como o próprio Gorz, Van Parijs, Clauss Offe, Bill Jordan, entre outros. Respalda-se também em concepções emancipatórias, como as sustentadas por Habermas e Keane, para os quais o engajamento em uma democracia radical, sustentado pelo *diálogo democrático*, propiciará o desenvolvimento de solidariedades capazes de limitar a racionalidade econômica prevalecente. Ou, como diz Keane, em apoio a Habermas, a definição de fronteiras para as operações do mercado poderá criar novos espaços para a ação solidária no interior da sociedade civil, tornando essa sociedade, que é o mundo da vida, livre para libertar-se do mundo do sistema, representado pelo Estado e mercado.

Mas, para isso, há que se contar com condições favoráveis, que, por sua vez, vão requerer estratégias opostas aos mecanismos

centrais de reprodução capitalista avançada. Esses mecanismos são, conforme observação de Anderson (1996), a emergência de dois movimentos potencialmente compatíveis: a redução das horas de trabalho e a provisão de alguma renda garantida. Ou, melhor: "nos limites do capitalismo realmente existente, foram exploradas em detalhes cada vez mais práticos, duas alternativas - não necessariamente incompatíveis - para evitar o aumento do desemprego. A primeira pretende uma redução generalizada da jornada de trabalho de modo a permitir uma partilha mais equitativa do emprego - uma abordagem que já vem sendo posta à prova, devagar, na maior montadora de veículos na Alemanha e, de maneira mais arejada, é discutida em fóruns nacionais na França. A segunda defende a substituição de sistemas arcaicos de seguro-desemprego e benefícios suplementares, com a sua ineficiência e estigma característicos, pelo direito a uma renda mínima assegurada a todos os cidadãos, seja qual for sua posição no mercado de trabalho (...). Elementos das propostas apresentadas nessa linha já chegaram à fase de recomendação oficial nos Países Baixos" (Anderson, 1996, p. 27).

Estas são as chaves do entendimento do socialismo pós-industrial, que assume essa denominação não porque privilegie e enalteça, como faz Bell, as mudanças na estrutura de classes, associadas ao declínio da indústria manufatureira e ao consequente esvaziamento do trabalho organizado, bem como o surgimento de uma sociedade afluyente e consumista baseada no conhecimento e na terceirização produzida pelo avanço tecnológico. Tampouco guarda afinidade com explicações centradas nas formas "pós-fordistas" de produção capitalista, emergentes entre os anos 1980 e 1990, e que, para alguns analistas, assumem a feição de um socialismo de mercado.

Na verdade, a denominação "socialismo pós-industrial" contém a intenção de suplantiar a lógica industrialista (daí o termo *pós*) que tomou contada economia moderna, por não considerá-la nem benéfica para a humanidade e nem dotada de implacável determinismo.

De partida, os socialistas pós-industriais refutam a ideia amplamente difundida de que os aspectos pós-industriais

privilegiados por Bell e seus adeptos- afluência, terceirização qualificada, socialização do conhecimento, perda de centralidade do trabalho - são dominantes e ubíquos.

No que diz respeito à afluência, informam que há abundantes sinais de que isso não aconteceu para todos. Pelo contrário, os vultosos recursos disponíveis não foram fartamente distribuídos, gerando uma sociedade fragmentada e desigual em que o *status* de cidadania conquistado pelos movimentos democráticos foi subjugado pelo consumismo. A afluência produzida, que de fato ocorreu, foi distribuída entre uma elite privilegiada e apartada das grandes massas.

Em vista disso, reiteram que a preconizada terceirização ancorada em sofisticadas bases tecnológicas e em elevado nível de conhecimento, também falhou. De fato, o emprego no setor de serviços aumentou consideravelmente, mas não de forma qualificada e sofisticada para a maioria. As ocupações terceirizadas de baixo *status* proliferaram e estão longe de desaparecer. Esta perspectiva realça o contraste existente nas sociedades contemporâneas entre um expressivo acúmulo de riqueza, concentrado numa minoria, e experiências de vida de amplas camadas sociais, caracterizadas pela privação material e insegurança de existência.

No que tange à falta de centralidade do trabalho, Little (1998) assinala que os ideólogos do pós-industrialismo, nos moldes de Bell, confundem a questão do trabalho, ou da falta dele, com o declínio do trabalho organizado. Esta confusão obscurece o fato de que o esvaziamento dos sindicatos, tem, ao contrário, aumentado a centralidade do trabalho assalariado como categoria-chave na vida social. Isso porque, à medida que o trabalho foi se tornando menos disponível e os sindicatos menos decisivos na sua pressão por proteção pública, a posse do trabalho tornou-se a mais importante forma de inclusão social e de cidadania. Como o mercado de trabalho atual é flexível e desorganizado, com forte acento no tempo parcial e na terceirização, os trabalhadores e o emprego assumem crescente importância como os baluartes da cidadania social e econômica, enquanto a sua representação em sindicatos toma-se cada vez mais frágil.

De tudo isso fica claro que não é a pós-industrialização, movida pelo impulso de novas forças produtivas, que gera esse estado de coisas, mas políticas neoliberais valorizadoras da eficiência do mercado e da maior produtividade possível. São essas duas variáveis, como subprodutos-chave da industrialização, que respondem por eles, e não a pós-industrialização. Esta, por sinal, segundo os socialistas pós-industriais, pode e deve existir em um formato mais *radical*, superador da lógica capitalista, e não *conservador como a* enaltecida por Bell.

Eis porque, o termo socialismo pós-industrial significa rompimento com os principais aspectos do industrialismo capitalista, da seguinte forma: negando a ideologia do trabalho assalariado, a começar pela redução das horas de trabalho para todos, e reivindicando uma renda garantida, desvinculada do trabalho assalariado, para permitir que as pessoas trabalhem menos e adquiriram simultaneamente maior controle do uso de seu tempo.

Tomadas isoladamente, diz Little (1998), qualquer uma dessas medidas ajudará a reproduzir o sistema capitalista, mas, em conjunto, elas poderão criar uma dimensão pós-industrial que instaure mudanças socialistas no interior do capitalismo (embora mantenha o capital) e rejeite a sociedade de mercado (embora não necessariamente o mercado). A manutenção do capital e do mercado, tem, segundo Gorz (1994, p. 20), uma função estratégica no âmbito desse particular projeto alternativo: preservar aspectos mais favoráveis e racionais do sistema capitalista que se quer superar e adaptá-los aos objetivos do socialismo. Vale dizer: para que haja emancipação dos objetivos sistêmicos do capitalismo (alta produtividade e crescimento econômico, em detrimento da distribuição) não se faz necessário abolir o capital e a esfera da atividade econômica, mas submetê-los a uma função limitada e subalterna. Assim, os ganhos de produtividade devem ser obtidos por meio de uma operação não guiada pelo cálculo econômico, na qual seja possível expandir a autonomia das esferas auto-organizadas de atividades com vistas ao atendimento das necessidades sociais.

Como é dado observar, tais propostas contemplam preocupações e bandeiras de várias fontes, sendo as mais evidentes a noção de *limitação da racionalidade econômica* produtivista, defendida pelo movimento ecológico; a *autonomia individual*, pregada pelos libertários de esquerda; a *democracia radical* e o *diálogo democrático*, de inspiração habermasiana, ficando, porém, de fora outros aportes alternativos que serão mencionados nos breves comentários críticos apresentados a seguir, à guisa de conclusão.

Comentários críticos conclusivos

Vários são os intentos de encontrar alternativas ao atual padrão capitalista concentrador de riquezas e promotor de profundas desigualdades sociais. Mas, embora alguns remontem aos ideais e experiências de socialistas utópicos dos séculos XVIII e XIX, ou de paladinos dos direitos humanos, como Thomas Paine, e apresentem argumentos sofisticados do ponto de vista intelectual, seu poder de fogo na luta contra o capital ainda é singelo.

Os *socialistas pós-industriais*, que, a bem da verdade, são os que apresentam propostas mais consistentes no campo da política social, oferecem, na prática, *saídas* limitadas que apostam mais na dinâmica das contradições estruturais do sistema do que num *projeto* político sustentado por um *ethos* socialista realmente existente.

As soluções técnicas que repousam na proposta de redução da jornada de trabalho, adotadas, segundo Esping-Andersen (2000), em alguns países europeus (Alemanha, França, Itália), constituem, nas palavras deste autor, estratégias sub-ótimas senão forem acompanhadas de redução proporcional dos salários, porque aumentarão os custos reais destes, gerando pressão inflacionária. Mas, é justamente o contrário o que pregam as alternativas socialistas, pois não é realista privilegiar a satisfação das necessidades humanas, no âmbito das políticas sociais, reduzindo o nível de vida dos cidadãos. Daí a proposta dos socialistas pós-industriais de integrar esta alternativa à que prevê renda garantida para todos, já que existe riqueza acumulada.

Contudo, nada disso será viável em curto prazo se os que manobram o grande capital perceberem que os efeitos redistributivos da política social não são benéficos, também em curto prazo, para o próprio capitalismo. Portanto, não há outro jeito senão apostar na dinâmica da história e dela tirar estratégico proveito em longo prazo.

Sabe-se, como lembra Wenger de la Torre (1998, p.95), que desde a primeira revolução industrial as horas de trabalho foram diminuindo e os salários aumentando, em decorrência de importantes ganhos em produtividade. De igual modo, prossegue a autora, no século XX, na transição da tecnologia movida a vapor para máquinas alimentadas por petróleo e eletricidade, os incrementos de produtividade resultantes contribuíram para uma significativa redução do tempo semanal de trabalho, que passou de 60 para 40 horas. Em apenas um século e meio, acrescenta ela, mais de 3.000 horas de trabalho anuais caíram para 1.500 a 2.000 horas. E, neste mesmo período, o nível de vida e o poder aquisitivo da classe trabalhadora aumentou de forma significativa graças ao crescimento da produtividade, dentre outros fatores importantes como o poder de pressão daquela classe.

Hoje, o cenário é outro e as condições socioeconômicas oferecidas são bastante diferentes desse passado não tão distante. Os pleitos por diminuição da jornada de trabalho soam como um paradoxo porque, com o acelerado avanço tecnológico, em vez de as horas de trabalho diminuírem para adaptar a classe trabalhadora à nova capacidade produtiva do capital, a mão-de-obra, em especial a menos qualificada, está sendo massivamente dispensada do emprego. Em compensação, os que estão empregados são forçados a trabalhar mais com salários reais reduzidos. Esta é uma situação particularmente presente nos Estados Unidos, mas que vem se estendendo pelo mundo afora. Por isso, centrar-se apenas na redução da jornada de trabalho, mesmo associando essa estratégia a uma renda garantida, pode ser pouco prodcente se não se pensar numa total reformulação do trabalho e de seu sentido e finalidade, bem como das formas de vida atuais, incluindo todos os setores sociais. É nessa linha que propostas mais radicais, como as de Chesnais (1999, p. 102), podem ser identificadas e assim pontuadas:

- a) estabelecimento da plena proteção à saúde; redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários; transformação dos contratos temporários de trabalho em trabalhos estáveis; restabelecimento do salário desemprego integral;
- b) repúdio à dívida pública "cujo fardo esmagador pesa cada vez mais sobre as rendas mais baixas e cada vez menos sobre o capital e as rendas elevadas", para fazer a caixa do Estado e assim arcar com os gastos sociais necessários;
- c) aliança dos movimentos sociais, para que estes possam ter força capaz de resistir e se impor, de forma mundializada, à política destrutiva do capital. Como se refere à Europa, o autor propõe: repúdio à dívida pública; expropriação e estatização do sistema bancário, em escala européia; estabelecimento de uma rigorosa proteção financeira e comercial no âmbito dos investimentos e das trocas; restabelecimento do controle sobre a movimentação dos capitais; criação de um direito europeu único do trabalho e de proteção social; adoção de um orçamento comum baseado em um sistema fiscal que atinja os rendimentos elevados; adoção de um orçamento comum capaz de permitir a construção de serviços públicos verdadeiramente europeus; adoção de uma política exterior comum livre do imperialismo americano.

Utopia? pergunta Chesnais. Quem viver verá, responde, ressaltando a importância de se dar a si mesmo e aos outros uma perspectiva que mereça que se lute por ela.

Entretanto, para terminar, vale a pena fazer uma advertência, com base em Mészáros (2003, p. 102): ao mesmo tempo em que não se deve subestimar as alternativas propostas no interior do capitalismo e, com isso, imaginar que a economia de mercado é imbatível, não se pode também pensar que a simples introdução de ajustes parciais às condições socioeconômicas existentes, podem reorientar o sistema. "A fim de produzir as mudanças requeridas, é necessário pensar em uma empresa muitíssimo mais difícil: o trabalho histórico de superar a lógica objetiva do capital em si, mediante uma tentativa sustentada de ir mais além do próprio capital" (*Ibidem*).

É o capital, portanto, como "um modo m multifacetado de reprodução sociometabólica", que antecede e suplanta o capitalismo, que deve ser combatido, pois do contrário poder-se-á repetir os sociais-democratas / reformistas e os pós-revolucionários stalinistas que, por não terem desafiado as determinações sistémicas do capital, terminaram vencidos por ele.

Portanto, se a intenção é realizar uma transformação socialista cujo espírito é a produção para o uso, é o sociometabolismo do capital, isto é, o círculo vicioso da expansão e da acumulação esvaziadas de qualquer preocupação pelo uso e pelas necessidades humanas, que deve ser rompido. Mas isso requer alternativas mais complexas, permanentes e duradouras.

Bibliografia

- ABRAHAMSON, Peter. Regimes europeos del bienestar y políticas sociales europeas: convergências de solidariedades? In: SARASA, Sebastià; MORENO, Luis (org.). *El Estado del Bienestar en la Europa del Sur*. Madrid: CSIC, 1995.
- . In: REPORT of a Conference of the Irish Presidency of the European Union. Dublin, 1996.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- . Introdução. In: ANDERSON, Perry; CAMILIER, Patrick (org.). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALDWIN, Peter. *La política de solidaridad social: bases sociais dei Estado de Bienestar europeo 1 875-1975*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1992.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agenes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, Corecon, 1999.
- DELLA VOLPE, Galvano. *Rousseau e Marx: a liberdade igualitária*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A theory of human need*. London: MacMillan, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*. São Paulo, n. 24, set. 1991.

----- . *Fundamentos sociales delas economias postindustriales*.
Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

GORZ, André. On the diference between society and community and why basic income cannot by itself confer full membership of either. In: VAN PARUS, P. (ed.). *Arguing for basic income: ethical foundation for radical reform*. London: Verso, 1992.

----- . O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. *Revista de Debate Político*, Salvador-BA, n. 6, 1993.

----- . *Capitalism, socialism, ecology*. London: Verso, 1994.

GOUGH, Ian. *Economia política del Estado del Bienestar*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

HABERMAS, J. *The theory of communication action*. Trans. T. McCarthy Boston: Beacon, 1981. v. 1.

HAYEK, Friederick. *Los fundamentos de la libertad*. 4. ed. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad, 1985.

JOHNSON, Norman. *El Estado del Bienestar em transición: la teoria y la practica del pluralismo de bienestar*. Madrid: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1990.

KEANE, J. *Civil society and the State*. London: Verso, 1988

LITTLE, Adrian. *Post-industrial socialism*. London: Routledge, 1998.

MACHADO, João. Comentários. Im SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 51-64.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. *Las políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, n. 1, 2003.

MISHRA, Ramesh. El Estado de Bienestar después de l acrisis: los anos 80 y más allá. In: BUSTILLO, Raphael (comp.). *Crisis y futuro del Estado de Bienestar*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

NAVARRO, Vicenç. *Globalización económica, poder político y Estado Del bienestar*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

- NAVARRO, Vicenç. N eoliberalismo, desempleo, empleo y Estado del Bienestar. In: MORENO, Luis (org.). *Unión Europea y Estado de Bienestar*. Madrid: CSIC, 1997.
- O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Por uma nova concepção de Seguridade Social. *SER Social*, n. 7, jul./dez. 2000.
- PISÓN, José Martínez. *Políticas de bienestar*. un estudio sobre los derechos sociales. Madrid: Tecnos, 1998.
- SADER, Emir. O novo fantasma. *Correio Braziliense*, Brasília, domingo, 8 out. 2000.
- SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- VAN PARUS, P. *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform*. London: Verso, 1992.
- WENGER DE LA TORRE, Maria Dolores. Estado de bienestar, políticas econômicas atuais y vias alternativas. In: BRACHO, Carmén; FERRER, Jorge. *Política social*. Madrid: McGraw-Hill, 1998.

Abstract: The aim of this article is to identify the counter-hegemonic post-neo-liberal alternatives to the hegemonic neo-liberal social policy since the end of the 1970's. In this identification, post-industrial socialist proposals, which want to break with the logic of industrialism of the contemporary capitalism, are privileged to evaluate its real political meaning and reaching.

Key-words: social policy, neo-liberalism, socialist post-industrial alternatives.

Artigo recebido em 22 de setembro de 2003 e aprovado em 10 de novembro de 2003.